



RELISE

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES DE UM BANCO PÚBLICO PARA O FOMENTO REGIONAL E A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA<sup>1</sup>**

*REGIONAL DEVELOPMENT: CONTRIBUTIONS OF A PUBLIC BANK TO REGIONAL DEVELOPMENT AND ECONOMIC SUSTAINABILITY*

*Clacir Carlos Engel Junior<sup>2</sup>*

*Rógis Juarez Bernardy<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

A existência de bancos públicos regionais com a finalidade de fomentar e desenvolver economicamente e socialmente uma região é amplamente discutida e alvo de diferentes visões e posicionamentos. Esta pesquisa tem como objetivo central analisar as opções de créditos para o fomento e o desenvolvimento sustentável, com base nas linhas aportadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a região Meio Oeste de Santa Catarina. O referencial teórico foi construído a partir de temas como desenvolvimento regional, sustentabilidade econômica, bancos públicos e fomento público. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de casos, com a realização de entrevistas e pesquisa em dados secundários. Os resultados evidenciam que as linhas de crédito ofertadas pelo BNDES são capazes de auxiliar e contribuir com o fomento regional, pois sem esses incentivos o crescimento econômico seria muito mais difícil. Porém, ainda existem possibilidades de criação de novas linhas, as quais colaborariam ainda mais com o fomento econômico regional. Esta pesquisa, por fim, contribui teoricamente para demonstrar à sociedade em geral que o fomento econômico, ainda que público, pode estar alinhado à sustentabilidade, a fim de construir uma sociedade sustentável economicamente, socialmente e ambientalmente.

**Palavras-chave:** bancos públicos, desenvolvimento regional, sustentabilidade econômica.

---

<sup>1</sup> Recebido em 12/09/2022. Aprovado em 01/10/2022. DOI: [doi.org/10.5281/zenodo.10529680](https://doi.org/10.5281/zenodo.10529680)

<sup>2</sup> Universidade do Oeste de Santa Catarina [clacirjr@hotmail.com](mailto:clacirjr@hotmail.com)

<sup>3</sup> Universidade do Oeste de Santa Catarina [rógis.bernardy@unoesc.edu.br](mailto:rógis.bernardy@unoesc.edu.br)



RELISE

91

## ABSTRACT

The existence of regional public banks with the purpose of promoting and developing a region economically and socially is widely discussed and the target of different views and positions. This research has as its main objective to analyze the options of credits for the promotion and sustainable development, based on the lines of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), for the Midwest region of Santa Catarina. The theoretical framework was constructed from themes such as regional development, economic sustainability, public banks and public promotion. This is a qualitative research, through a case study, with interviews and research in secondary data. The results show that the credit lines offered by BNDES can assist and contribute to regional promotion, because without these incentives economic growth would be much more difficult. However, there are still possibilities for creating new lines, which would collaborate even more with regional economic promotion. Finally, this research theoretically contributes to demonstrate to society in general that economic promotion, although public, can be aligned with sustainability, in order to build a sustainable society economically, socially and environmentally.

**Keyword:** public banks, regional development, economic sustainability.

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, uma nova abordagem surge em relação aos conceitos de desenvolvimento regional e sustentável, que além dos aspectos econômicos, também tratam dos aspectos ambientais e sociais, consideradas dimensões indissociáveis (Sachs, 2004). Segundo Buarque (2006), o desenvolvimento regional quando é associado à mobilização e exploração das potencialidades locais é considerado sustentável, aumentando as oportunidades sociais e auxiliando a viabilidade e a competitividade econômica regional, preservando os recursos naturais. A centralidade que o campo do desenvolvimento regional alcançou nas últimas décadas ultrapassou o debate acadêmico para embasar políticas públicas de desenvolvimento local (Knob e Salomão, 2020).

Uma aliança estratégica entre o setor privado e o setor público, na busca das melhores práticas desenvolvimentistas, é a única forma de melhoria no quadro social das mais diversas regiões do Brasil (Rocha e Bursztyn, 2005).



RELISE

Neste sentido Buarque (2006), explica que Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) compreende a qualidade de vida da população de determinada região, a eficiência da economia baseada nas peculiaridades regionais e uma gestão pública que seja eficiente.

O desenvolvimento econômico e a estabilidade macroeconômica deveriam ser objetivos de todos os países (Silvério, 2020 apud Hermann, 2002). O financiamento de políticas de desenvolvimento regional no Brasil não pode ser entendido sem levar em conta a articulação do sistema bancário, as características da distribuição dos recursos tributários e as limitações do gasto público, impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Jayme Junior e Crocco, 2005).

Resta evidente que a sustentabilidade econômica regional cria oportunidade de repensar o papel das instituições financeiras públicas, buscando o desenvolvimento sustentável, que unifica os conceitos do desenvolvimento econômico e social (Glemarec e Puppim de Oliveira, 2012) e a relevância de um modelo de governança que amplia as necessidades de financiamento público para atender às aspirações de um futuro mais sustentável. Dentre diversos recursos, a disponibilização de crédito via financiamentos, investimentos ou oferta bancária é fundamental pois incide no grau de desenvolvimento de uma determinada região (Silvério, 2020 apud França, 2017).

Em uma abrangência global, a sustentabilidade econômica juntamente com a social, integram os objetivos da Organização das Nações Unidas para o milênio, dentre eles, a erradicação da pobreza, a fome zero, a saúde e o bem-estar, o trabalho e o crescimento econômico, a redução das desigualdades e seus meios de implementação (Blanchet & Guarido, 2021).

Em momentos de grande instabilidade econômica, os municípios devem buscar alternativas para contornar a crise econômica e manter um desenvolvimento econômico contínuo e sustentável (Bernardelli e Sorgi, 2016).



RELISE

Os bancos públicos então, se tornaram protagonistas nesta área, por meio deles o poder público pode criar programas de fomento para o crescimento econômico. Analisar o desenvolvimento regional atrelado à sustentabilidade econômica (Resolução 4.327/2014 do BACEN), e a influência do fomento dos bancos públicos e do setor público nesse processo, é de extrema importância para identificar os possíveis atores essenciais ao desenvolvimento e mitigar as diferenças regionais em busca da concretização de uma economia verdadeiramente sustentável.

A dimensão econômica da sustentabilidade preocupa-se com uma economia que tenha por escopo gerar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com o menor impacto ambiental admissível (Garcia, 2016). Assim, Teixeira et al. (2019) explicam que a produção de saberes no âmbito da sustentabilidade intensifica o papel da academia em preparar os atores responsáveis pelo fomento do desenvolvimento regional sustentável.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na região meio oeste catarinense, fundada em bases agropecuárias, fundamentalmente de agricultura familiar (Karnopp et al., 2019) e que trouxe a reboque as grandes indústrias de processamento de produtos agropecuários, há debates importantes sobre a forma de desenvolvimento da região, tanto nas estruturas sociais e ambientais, quanto nas econômicas (Exterckoter, 2016).

Por Desenvolvimento Sustentável compreende-se “uma via de mudança intencional e melhoria que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder às necessidades da população presente”, sendo um caminho para se alcançar a sustentabilidade que, por sua vez, pode ser definida como “a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado”, ou seja, “é o objetivo final, de longo prazo” (Sartori, Latrônico e Campos, 2014).



RELISE

No Brasil, desde a década de 1980, com a democratização, construiu-se, no contexto público, um sistema de autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais, permitindo diversos formatos de cooperação e formação de redes públicas ou mistas sejam locais, estaduais ou regionais. Esses arranjos governamentais autônomos, visam fomentar o desenvolvimento e podem ser verticais quando ocorrem entre níveis diferentes de governo (município/estado; município/união; estado/união); horizontais com redes entre municípios ou entre estados e os mistos, quando há cooperação entre municípios, estados e união (Filippim, Moreira & Cetolin, 2018).

Bencke (2016) explica que a evolução desses formatos de organização regional são os chamados Sistemas Regionais de Inovação (SRI) que se configuram como modelos com a proposta de “construir e aplicar políticas de desenvolvimento regional, baseadas na criação de redes compostas por universidades, centros de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais de suporte à inovação e empresas de caráter inovador” (Labiak Junior et al., 2016).

Compreender o conceito de desenvolvimento regional, requer reconhecer que o mesmo não é unidimensional, dada as singularidades regionais e as dimensões envolvidas no conceito de desenvolvimento (Corrêa, Silveira & Kist, 2019). Tais especificidades são de tal forma importantes que se criou ramo de estudos denominado ciência regional, com o objetivo de agregar e organizar os inúmeros estudos voltados para o desenvolvimento regional e que levam em conta a características ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas entre as diferentes regiões que formam o território (Piacenti, 2016).

A sustentabilidade econômica se caracteriza pela eficiência e regularidade na alocação de recursos financeiros em todos os níveis sociais, promovendo maior produtividade (Oliveira, 2017), e a sustentabilidade dos empreendimentos, ou seja, à gestão eficiente dos recursos, garantindo assim



RELISE

que os empreendimentos gerem efeitos positivos para a sociedade (Rocha; Jesus, 2015). A sustentabilidade econômica, portanto, não se refere simplesmente ao bom desempenho econômico das empresas ou organizações, mas de um conjunto de elementos que, a partir de ações econômicas, se desenvolvem e colaboram para o desenvolvimento sustentável da empresa, seus colaboradores e toda a rede envolvida (clientes, fornecedores), das pessoas afetadas pela ação organizacional, do meio ambiente, do território e da sociedade (Galleli, 2017).

O princípio do financiamento público vem calcado na sustentabilidade, já que, a concepção da ação planejada deve atender a uma necessidade pública, que deve estar vinculada a uma política pública, para então se efetivar a adequação orçamentária e financeira, sempre embasada na máxima eficiência, com o menor dispêndio e que tenha como objetivo o bem-estar coletivo (Motta e Oliveira, 2019). Os elementos da sustentabilidade, portanto, estão arraigados nos processos legais que permeiam os financiamentos públicos.

A sustentabilidade econômica, no contexto público, também está atrelada a capacidade de o Estado dotar os recursos financeiros para determinada ação, que sejam em quantidade adequada ao custo orçado na política pública (Motta e Oliveira, 2019). E, por outro lado, a sustentabilidade financeira, depende da disponibilidade de recursos no caixa em quantidade suficiente para cobrir as despesas contratadas (Motta e Oliveira, 2019). “A sustentabilidade econômica requer, portanto, simetria entre a previsão orçamentária de recursos e disponibilidade financeira destes, de um lado, e, de outro, a previsão de despesas e cronologia de pagamentos, respectivamente” e ainda, “esteja sintonizada com uma política pública legítima; que tenha se realizado planejamento objetivando o atendimento da necessidade pública identificada com os anseios da população destinatária [...]” (Motta e Oliveira, 2019).



RELISE

Leão, Nassif e Vanderlei (2016) explicam que a economia sustentável é efetiva quando autossustentável, ou seja, no contexto do desenvolvimento regional, depende da existência de produção econômica com capacidade para fornecer os meios de subsistência e quando oferece ambiente para o funcionamento dessa produção. Esses dois quesitos envolvem “alinhamento entre os recursos naturais, recursos humanos, serviços ecossistêmicos e harmonia social, necessários para a produção de bens materiais” (Leão, Nassif e Vanderlei, 2016, p. 4). Assim, o desenvolvimento regional, no contexto da dimensão econômica, está diretamente relacionado aos processos colaborativos entre atores institucionais, públicos e privados. É denominada por muitos autores como Sistema Regional de Inovação (SRI) e envolve os mais diversos atores institucionais (Bencke, 2016).

Cabe esclarecer que a intervenção estatal na área econômica e nos mercados, tem sido apoiada, mesmo em mercados liberais, entendendo-a, não como uma controladora e gestora das ações econômicas, mas como cooperativa e integradora, apoiando, incentivando e investindo nas indústrias e empresas nacionais e atuando na regulação econômica com o fim de alcançar a competitividade internacional das empresas nacionais, em um mercado globalizado (Lu, 2015).

Filippim, Moreira e Cetolin (2018) explicam que em cenários como o da região específica em estudo, em que a gestão pública local tem forte influência, a atuação do poder público na formação desses arranjos, colabora para a formação de novos meios de governança, como o caso do associativismo territorial, pois, depende dessas redes a criação e manutenção das condições para que políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável regional, sejam efetivadas.

Os atores de fomento formam o grupo de organismos e organizações voltados ao estímulo econômico. É o sistema financeiro que agrupa entes





RELISE

públicos, privados e mistos com o fim de oferecer aporte financeiro à região, aos arranjos produtivos locais ou aos SRI e a outros atores localizados na região, especialmente no campo do conhecimento e da pesquisa. Entre os atores de fomento nacionais destaca-se: BNDES; Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Fundações de Amparo à Pesquisa; Garantidoras de Crédito, Venture Capital; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), agências de desenvolvimento estadual, regional ou municipal (Labiak Junior; 2012).

No contexto da sustentabilidade econômica o fomento é chamado de finanças sustentáveis (FS) que consistem em um amplo conjunto de ações econômico/financeiras que integram critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) nos processos de tomada de decisão de investimentos (Sommer, 2020) e, para o desenvolvimento regional depende necessariamente do envolvimento das instituições que ocupam fisicamente ou não os territórios, sejam eles públicos ou privados e que estejam integrados aos demais atores institucionais e com possibilidades de apoio financeiro às condições de cada região de seu alcance (Horn & Feil, 2019).

O fomento público no contexto das economias em desenvolvimento, se caracteriza como um conjunto de instrumentos disponíveis à Administração Pública para oferecer estímulos aos agentes privados, que exercem atividade econômica em regime de livre iniciativa, de forma a estimulá-los a aderir aos fins públicos definidos pelo agente fomentador, a partir de normas jurídicas de maior ou menor grau de especificação (Caggiano, 2017). O crédito público, em geral, ocupa os espaços de financiamento que não são adequadamente ocupados pelo setor privado, especialmente ofertando crédito de maior risco, no financiamento de infraestrutura, na promoção de inovações e em operações de longo prazo (Mello, 2014).





## RELISE

98

Um sistema financeiro nacional envolve diversos organismos como as autoridades monetárias, bancos comerciais ou múltiplos com carteira de desenvolvimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento públicas e privadas (cooperativas, organizações de microfinanças) voltadas para o financiamento de setores e atividades prioritárias ou estratégicas para o desenvolvimento, mas também que financiam segmentos populacionais e regiões que não são atendidas pelo sistema financeiro privado (Cunha, Carvalho e Prates, 2014).

Suchodolsk, Bechelaine e Bresciani (2020) explicam que os bancos, sejam eles multilaterais, nacionais ou subnacionais, têm papel significativo na organização de recursos tanto para o setor público quanto ao privado, voltados ao desenvolvimento sustentável, pois tem condições de ofertar financiamentos de longo prazo, podem agir para mitigar falhas do mercado, levantar quais setores do mercado estão mais vulneráveis e oferecer créditos especiais a eles, como também buscar e incentivar a criação e desenvolvimento de novos nichos de mercado. Outro ponto essencial nas atividades dos bancos públicos de desenvolvimento é interferir como regulador anticíclico, de maneira a minimizar os prejuízos que ocorrem pela retração do crédito privado em momentos de desaceleração da economia, evitando rupturas drásticas no financiamento ao investimento (Cunha, Carvalho e Prates, 2014).

São os governos, os responsáveis por criar um ambiente regulatório saudável, apoiado por um estado de direito e, assim, garantir o funcionamento livre das instituições e do mercado, assim como é responsável por organizar, implementar, apoiar e disseminar a cultura de financiamento e economia sustentável (Plasken e Plasken, 2020), sendo que não é possível articular e manter essa rede de fomento sem que haja efetiva e duradoura política pública nacional, replicada nos Estados (Horn e Feil, 2019). Também os atores locais, ainda que unidos em organismos regionais, têm dificuldades em atuar



RELISE

efetivamente em uma rede de atores e prol da região (Labiak Jr., Macedo e Teixeira, 2016).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A região meio oeste de Santa Catarina possui diversas instituições financeiras públicas ou com caráter público atuando presencialmente. Esta pesquisa foi realizada especificamente com três agências da região, nas cidades de Caçador, Videira e Joaçaba, todas localizadas no Estado de Santa Catarina.

A pesquisa junto às agências foi realizada no período dos meses de novembro a dezembro do ano de 2021, quando foram coletados dados por meio de relatórios internos, presencialmente e de publicações legais. Os dados foram solicitados às agências bancárias e junto às unidades internas de contabilidade da instituição financeira pesquisada. O acesso às informações, foi realizado de maneira online e por dados disponibilizados pelas instituições financeiras.

A pesquisa de abordagem qualitativa, traz um enfoque descritivo e exploratório. Ao adotar esse tipo de enfoque o pesquisador deverá se manter alerta aos novos elementos ou dimensões que porventura venham a surgir durante o trabalho, devendo também se preocupar com a multiplicidade das dimensões de uma situação, pois a realidade é sempre complexa (Godoy, 1995).

Desta forma, a pesquisa descritiva objetiva descrever um fenômeno ou situação, abrangendo com clareza as características de um indivíduo, grupo ou situação, desvendando a relação entre os eventos, observando e registrando os fenômenos (Pedroso, Silva & Santos, 2017). Ainda, a pesquisa com enfoque exploratório tem por finalidade adequar o instrumento de medida da pesquisa à realidade que se pretende conhecer (Piovesan & Temporini, 1995). Por fim, o procedimento utilizado para a elaboração desta pesquisa, foi o estudo de caso, o qual pode ser definido como uma estratégia de pesquisa com abordagens específicas de coletas e análise de dados (Yin, 2001).



RELISE

Nesse sentido, apresenta-se o protocolo de pesquisa, o qual constitui um importante passo na realização do estudo pois é nele que ocorre a transcrição do método científico à pergunta formulada, compondo, desta forma, os procedimentos e regras gerais que serão seguidos para o desenvolvimento e confiabilidade da pesquisa (Yin, 2003; Luna, 1998).

<b>Etapas</b>	<b>Descrição</b>
Planejamento: questões do estudo	Quais as contribuições do crédito de um banco público para o fomento regional e a sustentabilidade econômica?
Design: proposições	Proposição 1: Instituições financeiras públicas fomentam a economia do meio oeste de Santa Catarina. Proposição 2: Instituições financeiras públicas fomentam a sustentabilidade econômica.
Preparação: unidade de análise	Instituições financeiras do Meio oeste de Santa Catarina.
Ambiente da análise	Instituições financeiras das cidades de Caçador, Videira e Joaçaba.
Cronograma	A pesquisa foi realizada no período de Novembro de 2021 a Dezembro de 2021.
Coleta: fontes de evidências	- Relatórios das instituições financeiras; - Relatórios indicadores sociais; - Entrevistas com atores e beneficiários dos programas de fomento;
Análise	- Realização de análise de conteúdo - Definição das categorias de análise - Tipo de análise – categorial
Validade da pesquisa	Para validar a pesquisa, foram utilizadas as recomendações de Yin (2010): uso de protocolo, uso de fontes múltiplas de evidência e triangulação de dados.
Fonte de dados e confiabilidade	A confiabilidade dos dados, que foram coletados por meio da análise dos relatórios internos disponíveis pelas instituições financeiras, bem como de relatórios de sustentabilidade das instituições e de indicadores sociais, foi obtida com a análise e triangulação destes dados, os quais foram comparados e tabelados.
Questões chaves?	1) Qual o seu setor de atuação? 2) Na sua percepção, qual o papel das linhas de fomento dos bancos públicos para o fomento regional? 3) Como você define o perfil econômico e social da região Meio Oeste de Santa Catarina? 4) Quais linhas de fomento você entende que auxiliam no desenvolvimento regional? 5) Quais linhas de fomento você utilizou e/ou utiliza? 6) As linhas de fomento que você utilizou e/ou utiliza são economicamente sustentáveis? 7) Você tem alguma sugestão de linhas que ajudariam no processo de desenvolvimento regional?
Busca de evidências	A busca de evidências foi baseada em proposições teóricas.
Relatório	Versão final do relatório: foi realizada a coletânea dos achados entre as questões, os dados coletados e as conclusões.



RELISE

## DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O meio oeste de Santa Catarina tem uma longa história de disputas pelo território, inicialmente entre Espanha e Portugal ainda no início do século XVI. A área onde hoje localiza-se o Oeste Catarinense, entre outras regiões do estado catarinense e do Rio Grande do Sul pertenciam a Espanha, com Portugal em disputa pela área, sendo que, pelo Tratado de Tordesilhas, um acordo definiu que o que é hoje o estado do Rio Grande do Sul e quase toda Santa Catarina ficaram com a Espanha. Portugal, no entanto, ocupava e fixava-se na região, ao que, no início do século XVIII, dominava serenamente a região (Pereira e Freddo, 2007). Nesse período o território era o lar de caboclos e indígenas xokleng e kaingang que não tinham a cultura de propriedade da terra, apenas viviam e sobreviviam dela. No entendimento dos Europeus, especialmente espanhóis e portugueses essas terras não eram ocupadas e, portanto, poderiam ser exploradas (Perazzoli e Fabris, 2017).

A região Meio Oeste de Santa Catarina, está localizada entre a região serrana e extremo oeste do estado é definida como uma macrorregião (região do Vale do Rio do Peixe e Região do Alto Vale do Rio do Peixe), pertencente a mesorregião do oeste Catarinense, composta por 32 municípios que juntos somam 403.280 habitantes, correspondendo a 5,5% da população do estado.

Optou-se por privilegiar questões abertas, de forma a estimular os entrevistados a prestarem informações e emitir opinião sobre o desenvolvimento regional e os fatores que no entendimento deles merecem ter destaque.

Iniciou-se a pesquisa com a identificação do setor de atuação dos entrevistados, conforme detalhado na Tabela 1, que revela que quatro entrevistados identificam o comércio como setor exclusivo de atuação. Dois entrevistados atuam nos setores de comércio e serviços; uma indústria e



RELISE

comércio; um atua na indústria, comércio e serviços e outro atua em todos os setores (indústria/comércio/serviços/agropecuária).

Entrevistado	Comércio	Industria	Serviços	Agropecuária
Entrevistado 1	X			
Entrevistado 2	X		X	
Entrevistado 3	X	X	X	X
Entrevistado 4	X	X		
Entrevistado 5	X	X	X	
Entrevistado 6	X			
Entrevistado 7	X			
Entrevistado 8	X		X	
Entrevistado 9	X			

Tabela 1: Setores de atividades dos entrevistados

Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)

O comércio é, como padrão, o setor com o maior número de empreendimentos em qualquer município. Nas cidades periféricas e de pequeno porte essa condição se acentua, pelas diversas características de baixo investimento inicial e com foco em atender as necessidades imediatas da população local e, em alguns casos regionais. Algumas tendências, no entanto, se apresentam. É o caso de pequenas cidades que se especializam em um setor ou em áreas específicas dentro do setor, com o objetivo de aumentar o potencial de atração (Dias; Santos, 2012).

Muitas pequenas cidades periféricas em que a agricultura predomina tornam-se o que se denomina cidades campo e se concentram no entorno de um município central, em que há maior diversificação do comércio, dos serviços e da indústria. Nesses casos, alguns municípios podem ser até mesmo classificados como cidades dormitório, em que há pouca diversificação de empreendimentos nos diferentes setores e predomina o comércio de pequeno porte, para atender exclusivamente necessidades imediatas dos moradores que trabalham na cidade central. São cidades com pouca vocação econômica e com menor potencial para investimentos públicos (Henrique, 2012).



RELISE

103

É importante destacar, no entanto, que nos últimos anos o setor de serviços tem ampliado significativamente seu espaço, especialmente em função da tecnologia e das novas configurações de emprego. O Gráfico 1 demonstra essa mudança:

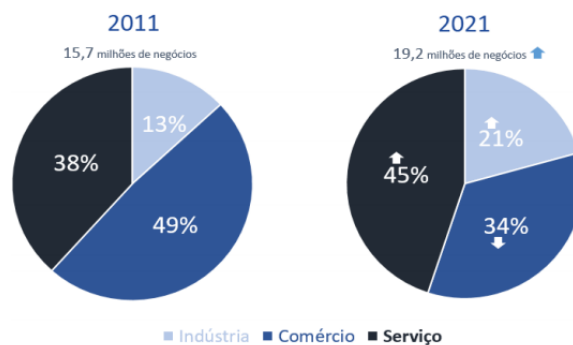


Gráfico 1: Distribuição das empresas por ramo de atividade em 2011 e 2021  
Fonte: adaptado de Sebrae (2015) e Sebrae (2021)

No estado de Santa Catarina essas mudanças foram observadas tanto no contexto econômico como territorialmente. No campo econômico entre os anos de 2002 a 2016 a participação do setor de serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) cresceu 5,3 vezes; da indústria 4,2 vezes e da agropecuária 3,7 vezes (FIESC, 2018).

Territorialmente e observando apenas a mesorregião oeste catarinense, entre os anos de 2003 e 2016, observou-se redução de 28% na área plantada de culturas temporárias como feijão e milho e redução de 43% na área plantada de culturas permanentes como a maçã. Por outro lado, cresceu o efetivo de suínos e a produção de leite. Isso denota a concentração da agropecuária em áreas específicas e que podem diminuir sua linha de crescimento (EPAGRI/CEPA, 2016-2017).

Nas últimas décadas também se observou na mesorregião oeste crescimento populacional abaixo da média. Se no início da década de 1990 representava 23,1% da população do estado, em 2016 diminuiu para 19,2% (IBGE, 2021; FIESC, 2018).



RELISE

104

São diversos os caminhos de análise para esses dados. Nos atendo especificamente à questão do aumento dos empreendimentos do setor de serviços, Dentz (2022) explica que novas tecnologias provocam mudanças em toda a cadeia do setor industrial e quanto mais essas empresas conseguem desenvolver e absorver as inovações, maiores são as mudanças. Assim, aqueles setores que promovem o progresso técnico são as principais responsáveis pelas mudanças estruturais nas regiões e tendem a favorecer o aparecimento de mais empresas do setor de serviços e diminuir a participação da indústria na geração de emprego e renda e no VAB e PIB dos municípios e regiões (Cario *et al.* 2012).

A análise das variáveis entre setor de empresa, valores de repasses e realidade regional mostram que, enquanto o setor industrial responde por 21% da economia do estado (SEBRAE, 2021), recebe do BNDES 39% dos valores repassados (Gráfico 2), apontando, portanto, para o desequilíbrio entre o fomento e a força econômica dos setores e, em uma análise superficial, o não acompanhamento das mudanças econômicas regionais pelas instituições de fomento.

O privilégio da indústria no recebimento de investimentos de fomento público pode ter relação não somente com o ramo de atividade, mas também com o porte. Continuando a pesquisa verificou-se que as empresas participantes da pesquisa, em sua maioria (67%) são de pequeno porte, conforme gráfico 3.

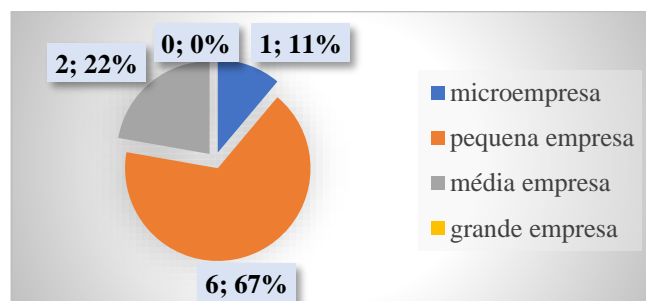


Gráfico 2: Distribuição das empresas participantes da pesquisa de acordo com o porte  
Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)





RELISE

O mercado nacional e catarinense tem nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) um dos seus mais importantes capitais econômicos, pois desempenham papel fundamental na economia, na geração de empregos, como incubadoras de grandes empresas, laboratório de profissionais e especialistas, movimento econômico do país, bem como, reguladoras do mercado, dos preços e da concorrência (SEBRAE, 2020).

O número de pequenos negócios cresceu 8,5% no período entre 2009 e 2018, gerando cerca de 2,8 milhões de empregos, sendo as MPEs, no ano de 2018, responsáveis por 54,2% de todos os postos de trabalho formais, indicando a essencialidade desses negócios para a economia nacional (SEBRAE, 2020). Representam 27% do produto interno, 96% de todas as empresas formalizadas e empregam mais profissionais com carteira assinada do que as médias e grandes empresas brasileiras (Everton Júnior, 2017).

No entanto, desde 2016 e especialmente em 2018, os dados apontam para um número significativo de pequenos negócios encerrando as atividades, superior à média de anos anteriores (SEBRAE, 2020). Isso significa que, se houve crescimento contínuo entre 2009 e 2015, a partir de 2016 ocorreu queda no número de MPEs no Brasil, com tendência a permanecer esse cenário nos anos posteriores (Silva, Marcelino, 2019).

A dificuldade de acesso ao financiamento público e sua importância para a implementação, manutenção e desenvolvimento das empresas é evidente na percepção dos empresários conforme apresentado na Tabela 4.



RELISE

106

Entrevistados	Respostas
Entrevistado 1	Para o comércio, as linhas de crédito para revenda, e para compra de estoque são fundamentais, sem isso, o empresário não consegue se financiar, e/ou ter mercadorias em estoque para pronta entrega aos clientes. O financiamento é um meio para ter um preço melhor.
Entrevistado 2	O BNDES deveria estar fornecendo condições financeiras para todo tipo de industrialização, geração de postos de trabalho e geração de novos negócios.
Entrevistado 3	A percepção que o empresário tem é que aquilo que o BNDES disponibiliza possui qualidade e realmente é diferenciado, agora a dificuldade de acesso é um problema grave. Existe as linhas, mas as empresas não conseguem acessar os recursos. Ao que parece, as linhas só estão disponíveis para empresas de grande porte
Entrevistado 4	O papel da linha é auxiliar a empresa nos momentos de dificuldade. A pandemia foi um desses momentos e as linhas do BNDES tiveram papel importante nesse momento.
Entrevistado 5	No início da empresa, somente com linhas do BNDES é que conseguimos comprar máquinas pesadas para indústria, no início, utilizei o cartão BNDES e foi o que garantiu o começo da empresa.
Entrevistado 6	O papel do BNDES é auxiliar na manutenção da atividade econômica regional, interferindo onde possui problemas de falta de crédito e ampliando nos setores que estão em crescimento.
Entrevistado 7	Crescimento, desenvolvimento e combate a grandes redes.
Entrevistado 8	A ideia é o auxílio às empresas com taxas de juros menores nas operações de crédito, com essas linhas os empresários podem manter ou ampliar suas empresas.
Entrevistado 9	O principal papel dos bancos públicos e das linhas de fomento do BNDES deveria ser incentivar e desenvolver regiões que historicamente sofrem com problemas sociais e econômicos e ao mesmo tempo, incentivar regiões que precisam de investimentos para ampliar e qualificar sua produção local. Somente o BNDES e os bancos públicos possuem capacidade de auxiliar as empresas em períodos de pandemia e em projetos de grande investimento e de prazo de retorno longo.

Tabela 04: Percepção dos entrevistados empresários acerca do papel das linhas de fomento dos bancos públicos para o fomento regional

Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)

A percepção dos empresários aponta para dois aspectos principais: o primeiro diz respeito à importância das linhas de crédito de fomento público tanto para abertura de empresa como para sua manutenção, inovação e desenvolvimento e a segunda aponta para a crítica à dificuldade de acesso as linhas de créditos oferecidas e o benefício prioritário aos grandes empreendimentos.

Observa-se que, ainda que existam políticas e organismos públicos de fomento, na prática há um distanciamento das realidades regionais e até



RELISE

dificuldades de acesso de empresas, *cluster* de empresas ou ramos de atividades. A queixa, portanto, não está necessariamente na não existência de linhas de créditos, mas na sua dificuldade de acesso (Labiak JR.; Macedo; Teixeira, 2016).

As MPEs, tendem a ter capital e capacidade de gestão limitadas e ainda lutam contra as restrições de fomento e a concorrência, nem sempre ética dos grandes empreendimentos (Nogueira, 2019) e a instabilidade econômica e falta de apoio público. “Na realidade brasileira, as decisões financeiras em condições ideais de equilíbrio são bastante prejudicadas pela persistente insuficiência de recursos de longo prazo para as empresas” e isso está atrelado, em grande parte, à cultura de privilegiar alguns setores e interesses. “As linhas de crédito oficiais são limitadas e geralmente direcionadas a programas específicos, atendendo a um número reduzido de empresas” (Assaf Neto, 2014, p. 23).

Para Dentz (2022), no meio oeste catarinense as grandes indústrias dos segmentos de grãos e de carnes se beneficiam com esses investimentos, refletindo a desigualdade na capacidade de desenvolvimento das empresas localizadas na região. Isso impacta também no desenvolvimento social do território, dado que, historicamente, essas grandes empresas não promoveram sustentabilidade econômica, social e ambiental e, em uma análise mais profunda limitaram a própria capacitação profissional e de formação de parte significativa da sociedade local (Dall’Acqua, 2003), já que envolvem uma complexa cadeia produtiva que centraliza parte significativa das operações dos negócios na região e, conseqüentemente, de investimentos públicos (Dentz, 2022).

Todo esse processo impacta no desenvolvimento do território e da sua efetiva sustentabilidade. Para Etges e Degrandi (2013), um território efetivamente reconhecido como tal convive e percebe suas contradições, mas acima disso, busca resoluções para as questões que limitam ou impedem seu desenvolvimento sustentável. E isso depende em grande parte da relação



RELISE

exercida entre o conjunto econômico local ou regional e a política, estando, como defendem Ferreira e Meirelles (2009), os atores de fomento na função de intermediários nesse processo.

Os atores econômicos, portanto, precisam conhecer e compreender a realidade do território e, em conjunto, buscar soluções. Acerca do perfil socioeconômico da região Meio Oeste Catarinense os entrevistados opinam (Tabela 5).

Entrevistados	Respostas
Entrevistado 1	Caçador é cidade polo, agricultura e industrial com relevância estadual. Renda média em relação ao restante do Brasil. Região pobre, mas que precisa de linhas para desenvolvimento.
Entrevistado 2	Classe média baixa
Entrevistado 3	Nível social alto, renda alta em comparação com outras regiões do país
Entrevistado 4	A região possui vários perfis, na indústria uma renda média alta, no setor madeireiro era baixo e está em processo de crescimento. Em um contexto geral, perfil econômico médio e social em ascensão.
Entrevistado 5	Defino a região como classe média alta graças as indústrias, a renda da população em geral cresceram muito em função da melhora das indústrias e exportações da região. Na parte de instrução, a região tem sérios problemas, nível de escolaridade baixo.
Entrevistado 6	Apesar de ser uma região de classe média no que diz respeito a economia, acredito que seja alto em relação a perfil social, além de definir a região como “de oportunidades” ou seja, espaço para crescimento em todos os setores da economia.
Entrevistado 7	O perfil econômico é de alta renda e com potencial de expansão e diversificação.
Entrevistado 8	A região possui poder aquisitivo alto, com uma classe de funcionários públicos que mantem a economia ativa, além disso, existem indústrias que geram muitos empregos e um setor de serviços pujante. Na questão social, a região é bem servida de educação e possui um setor público atuante para garantir auxílio social.
Entrevistado 9	O perfil econômico da região é bem diverso, com lugares de alta renda e inclusão social ativa, com o auxílio da sociedade civil como as universidades regionais e de empresas que ajudam nesse processo de melhora nos indicadores. Em compensação, muitos municípios possuem problemas graves de infraestrutura, e uma economia bastante primária, ou dependente de monoculturas, ou do estado com incentivos como “auxílio brasil” e outros programas do governo. De maneira geral, é uma região de classe média com diversos problemas sociais.

Tabela 5: Percepção dos entrevistados acerca do perfil econômico e social da região Meio Oeste de Santa Catarina

Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)



RELISE

A percepção dos empresários entrevistados é divergente, demonstrando a complexidade regional. Em linhas gerais, alguns elementos se sobressaem: regionalmente existe descompasso socioeconômico de acordo com o município; existe certa dependência do Estado, seja do auxílio social estatal, dos rendimentos do funcionalismo público que movimenta a economia ou de fomento público. Alguns municípios ainda têm na monocultura sua fonte econômica principal e o perfil educacional é um dos focos de maior divergência entre os entrevistados: se de um lado, alguns apontam para o alto nível social e de escolaridade, outros apontam estes como os principais problemas no território.

Esses dados caracterizam a maioria das regiões periféricas dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, as fontes de fomento solicitadas e recebidas pelas empresas deveriam, em tese, auxiliar nos diversos aspectos socioeconômicos que impactam na empresa e no território. Dessa forma, a continuidade da pesquisa buscou levantar a percepção dos entrevistados quanto ao tipo de fomento utilizado, como e em que produziu melhoras.

Sobre o tipo de linha de fomento utilizou ou utiliza a Tabela 6, mostra que 78% (7 entrevistados) utiliza o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) 45% (4 entrevistados) utilizam o Finame e 22% (2 entrevistados) o CDC sustentabilidade. Dois entrevistados utilizam tanto o FGI como o Finame e um utiliza os três tipos de fomento.

Entrevistado	FGI	Finame	CDC sustentabilidade
Entrevistado 1	X	X	
Entrevistado 2		X	X
Entrevistado 3	X	X	X
Entrevistado 4	X		
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6	X		
Entrevistado 7	X		
Entrevistado 8	X		
Entrevistado 9		X	

Tabela 6: Linhas de fomento utilizadas pelos entrevistados



RELISE

Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)

As linhas de fomento destacadas têm finalidades e direcionamentos específicos. O BNDES FGI tem o objetivo de facilitar a obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas, empreendedores individuais e caminhoneiros autônomos. Estudos apontam que essa linha de fomento tem sido essencial nos últimos anos para desenvolver uma governança adequada e criar uma relação de confiança com as instituições financeiras. Até 2017 foram contratadas mais de 32 mil operações, por 26 bancos, somando 1,9 bilhões de dólares. Entretanto, ainda não se tem estudos que demonstrem que esse formato de fomento efetivamente colaborou para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios (Lanz, 2017).

O estudo de Lanz (2017) demonstra que embora o FGI traga algumas facilidades de acesso às MPES, ainda favorece empresas de maior porte, dado que empresas de médio porte exigiram menos cobertura de garantias para acessar ao crédito (63%), enquanto os microempreendedores têm cobertura média de 74%.

O BNDES Finame tem como objetivo financiamento da produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais credenciados no BNDES. O BNDES Finame pode ser concedido em três modalidades. A primeira (e mais comum) é o financiamento à compradora para a aquisição da máquina ou equipamento. A segunda modalidade é o financiamento ao fabricante para a produção. Nesse caso, o BNDES Finame provê apoio financeiro, durante o período de fabricação, para produção de máquinas e equipamentos já negociados com as compradoras. A terceira modalidade é o financiamento ao fabricante para a comercialização. Nesse caso, o produto apoia o fabricante para venda de máquinas e equipamentos já negociados com as compradoras (BNDES, 2021).



RELISE

Em 2020, representou 64,10% dos valores aportados em Santa Catarina em 21% das operações realizadas (Tabela 7), o que corresponde aos números levantados em nossa pesquisa. Nacionalmente os três principais produtos de BNDES utilizados por MPES, com cerca de 94% do valor total liberado envolveu três produtos: o Cartão BNDES, o BNDES Automático e o BNDES Finame.

<b>Discriminação</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Número de Operações</b>	<b>%2</b>
<i>BNDES Finame</i>	23.594	64,10	41.091,00	21,60
<i>BNDES Automático</i>	12.192	33,10	103.730,00	54,50
<i>Cartão Bndes</i>	999	2,70	45.449,00	23,90

Tabela 7: Tipos de operações e valores (em milhões) efetivados em 2020 em Santa Catarina  
Fonte: BNDES (2020)

No estudo também foi verificado o acesso à linha de fomento do BANRISUL, CDC Sustentabilidade (BANRISUL, 2021), utilizado por dois entrevistados (Tabela 6). Trata-se de uma linha própria do Banco que opera com prazo de até 72 meses, com carência de seis meses e objetiva financiar projetos sustentáveis, como energia solar ou eólica. Apesar da proximidade da instituição financeira com a região e, portanto, maiores facilidades de acesso ao crédito, observa-se o interesse apenas relativos das empresas.

Todos os entrevistados descrevem as linhas de fomento utilizadas como benéficas para o seu negócio destacando-se as áreas financeiras e estruturais (Tabela 8).

Parte significativa das respostas descritivas relaciona o crédito alcançado com a manutenção da empresa no período da crise (pandemia da COVID), podendo indicar restrição no potencial de utilização desse fomento no contexto da sustentabilidade da empresa e do território ou ainda, pode indicar que, durante a pandemia, o acesso a essas linhas de crédito foi facilitada. Albuquerque et al. (2018, p. 12) defendem que “falhas de mercado que ocorrem de maneira esporádica (como crises financeiras) também podem ser resolvidas de maneira temporária por BDs. Esse tipo de situação, per se, todavia, não justificaria a manutenção rotineira de um BD”. O objetivo primário do fomento





RELISE

público é essencialmente promover o desenvolvimento das empresas e dos territórios em todas as suas externalidades, de forma que, em períodos de crise, tenham maior capacidade de enfrentamento.

Entrevistados	Respostas
Entrevistado 1	Auxiliou no processo.
Entrevistado 2	Auxilia em todos os processos.
Entrevistado 3	Com a aquisição de máquinas mais novas e melhorias no processo de produção, as linhas auxiliaram toda a empresa durante a pandemia e já deixar o planejamento pronto para os próximos anos (com a compra de um trator novo, a empresa ganha, o funcionário trabalha com mais motivação.)
Entrevistado 4	Nos momentos de dificuldade, as linhas ajudaram a empresa a sobreviver, na pandemia foi fundamental para empresa não fechar, ou o empresário teria que vender patrimônio para manter a empresa.
Entrevistado 5	Cresceu muito na compra de estoque, na atualização das máquinas e na ampliação do portfólio de produtos.
Entrevistado 6	Auxiliou no processo de manutenção do tamanho da empresa, não precisou encerrar atividades em filiais e também não precisou demitir no período. Partindo do faturamento antes da pandemia, ocorreu uma queda durante, e agora está retornando aos níveis pré-pandemia.
Entrevistado 7	Sim, a empresa cresceu nos últimos anos.
Entrevistado 8	A linha ajudou na manutenção da empresa financeiramente saudável no período da pandemia, garantiu empregos e tranquilidade para pensar no pós-covid. O crescimento que ocorreu no faturamento também pode ser respondido com o aumento dos preços, então a inflação ocasionou crescimento.
Entrevistado 9	A empresa se utilizou da linha para fazer investimentos em outros setores, como investimento em imóveis, aproveitando oportunidades de mercado.

Tabela 8: Percepção dos entrevistados acerca dos benefícios das linhas de fomento utilizadas para o seu negócio

Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)

Especificamente em relação a geração de empregos, sete empresas indicaram que o crédito auxiliou nesse quesito, tanto para gerar empregos, como para ampliar os salários (Entrevistado 1; Entrevistado 3; Entrevistado 7; Entrevistado 6); na contratação (Entrevistado 5); Entrevistado 8), como para a manutenção dos empregos (Entrevistado 4; Entrevistado 6) e exclusivamente no aumento da renda dos empregados (Entrevistado 2; Entrevistado 4).

Importa destacar que no item aumento dos salários quatro entrevistados descrevem que ocorreu “para não perder o funcionário” (Entrevistados 1, 2, 7 e 6) ou para atender “exigência legal” (Entrevistado 8).



RELISE

Entrevistado	Financeiro	Estrutural	Tecnológico	Processos
Entrevistado 1				X
Entrevistado 2	X		X	
Entrevistado 3	X	X	X	X
Entrevistado 4	X	X		
Entrevistado 5	X	X	X	X
Entrevistado 6	X	X		
Entrevistado 7		X		X
Entrevistado 8	X			
Entrevistado 9		X		

Tabela 9: Áreas beneficiadas pelo crédito, segundo a percepção dos entrevistados  
Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)

Em estudo acerca do impacto do fomento público sobre a efetividade do BNDES sobre as empresas apoiadas (Grimaldi *et al.*, 2018), demonstrou-se impacto positivo do apoio sobre o emprego de MPMEs.

Por fim, a pesquisa buscou atender ao objetivo primário da pesquisa; verificar se as linhas de fomento utilizadas são economicamente sustentáveis. Ainda com algumas dificuldades conceituais, a maioria dos entrevistados entendem que a sustentabilidade econômica perpassa, por um conjunto de situações que envolvem os contextos sociais, educacionais, ambientais e de desenvolvimento do território.

Entretanto, ao ponderarem descritivamente limitam-se aos aspectos ambientais (Entrevistado 1; Entrevistado 2; Entrevistado 4); aos aspectos de manutenção de emprego (Entrevistado 4; Entrevistado 6). Outros entrevistados apontam que “em termos ambientais, não há relação entre as linhas creditícias oferecidas e a sustentabilidade, mas quando pensamos em fazer a econômica girar de maneira sustentável, sim, as linhas de crédito auxiliam a gerar riqueza e renda” (Entrevistado 9).

Em linhas gerais, todos apontam para algum tipo de sustentabilidade econômica, ainda que não relacionem esse tipo específico ao desenvolvimento sustentável no conceito amplo como definido pela Organização das Nações



RELISE

Unidas que envolve não somente o crescimento econômico, mas a saúde, o meio ambiente equilibrado, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, a renda e o emprego (Blanchet e Guarido, 2021), que permitiriam o desenvolvimento regional sustentável.

Perguntados sobre características das linhas de crédito que poderiam auxiliar no desenvolvimento sustentável regional, os entrevistados trazem diversas sugestões, conforme Tabela 10.

A posição da maioria dos entrevistados limita-se novamente a fontes de fomento que financiem elementos internos da empresa bem específicos, especialmente maquinários, processos e estrutura. Apenas o Entrevistado 9 abordou a questão da infraestrutura, não há destaque para a capacitação profissional/educacional que auxilia diretamente no desenvolvimento inovador, criativo e competitivo das empresas e, conseqüentemente, aumenta o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região.

Silva e Lima (2021) entendem que a sustentabilidade econômica de uma região está em parte atrelada ao crescimento do Produto Interno Bruto, mas de maneira nenhuma se limita a ele. Trata-se de um processo amplo e complexo que não se sustenta sem o desenvolvimento humano e social. Integra ganhos de produtividade e mudanças nas estruturas sociais, conduzindo à expansão da produção e riqueza, que é medida pelo PIB.

Quando se vislumbra a sustentabilidade econômica deve-se ter como foco mudanças nas estruturas sociais e nos seus indicadores. O desenvolvimento econômico sustentável é um processo histórico, que ocorre e se consolida ao longo do tempo, diferente do crescimento econômico que pode ser apenas pontual (Silva e Lima, 2021).



Entrevistados	Respostas
Entrevistado 1	Linhas para compra de estoque, isso fomentaria a indústria, diminuiria os preços para o consumidor, e ampliaria o faturamento, gerando mais impostos para o governo também. Mas o que mais precisaria é facilitar o acesso ao recurso.
Entrevistado 2	Linhas específicas para energia renovável, com taxa subsidiada em longo prazo com facilidade na tomada do recurso.
Entrevistado 3	Empresas multinacionais estão captando no exterior, com taxas muito menores, investindo no Brasil e levando a rentabilidade embora. Isso ocorre pela taxa de juros que eles possuem e nós não. Todas as linhas que tivessem sustentabilidade como função deviam ser prioridade no BNDES e nos bancos.
Entrevistado 4	Todas as linhas para compra de estoque, para garantir o prazo para o cliente final. Após a garantia do estoque, todas as linhas de longo prazo para troca de maquinários, construção de filiais seriam fundamentais.
Entrevistado 5	Linhas de capital de giro para garantir os pagamentos em dia, ampliar o caixa da empresa. Linhas de peças para industrial menos burocráticas e para máquinas importadas. Incentivo para a criação de maquinários para indústria, hoje a empresa desenvolve peças, mas demora muito para começar a rentabilizar a mesma. Então esse tempo a empresa precisa contar com o seu caixa.
Entrevistado 6	Todas as linhas de capital de giro que apresentam diminuição de juros de mercado, com menos burocracia e com maior participação do governo na linha (não banco privado ou público) criariam condições de crescimento.
Entrevistado 7	A necessidade do mercado no momento são linhas de capital de giro empresarial. Além disso, visando estimular o setor produtivo, acredita que linhas voltadas a compra de materiais de construção com taxas subsidiadas ajudariam toda cadeia produtiva.
Entrevistado 8	Como sugestão, acredito que deveria existir linhas de longo prazo para compra de estoque, e capital de giro. Hoje as taxas normais estão muito altas, assim a empresa não utiliza crédito e mantém os investimentos baixos, sem grandes mudanças na estrutura e sem pensar em crescimento.
Entrevistado 9	Pensando no desenvolvimento regional do meio oeste, todo crédito para infraestrutura seria bem-vindo, além disso, investimentos com taxas atrativas para compra de imóvel auxiliaria na geração de empregos na construção civil e na melhoria da estrutura das empresas. Ainda nesse sentido, a região possui alguns setores que deveriam ter benefícios fiscais para exportação, assim, o comércio local seria impactado com o crescimento das empresas e consequentemente o aumento dos salários.

Tabela 10: Sugestões dos entrevistados para linhas de créditos voltadas para o desenvolvimento regional

Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)

No caso específico da infraestrutura (destacada por um entrevistado), importa observar, por exemplo, a dificuldade em escoar os produtos na região em análise. Albuquerque *et al.* (2018) citam um exemplo da importância da relação entre o público e o privado, no desenvolvimento de projetos com fomento público que viabilizam a sustentabilidade econômica. Citam o caso de uma



RELISE

região com potencial turístico que “permanecerá sem estrutura hoteleira se não houver, por exemplo, um investimento em aeroportos”. De outro ponto, não é viável custear a construção de um aeroporto se ninguém investir na construção de hotéis adequados ao público que se quer atrair. “Um agente público, com capacidade de coordenação para garantir que os hotéis e o aeroporto sairão do papel, pode trazer impactos relevantes para o bem-estar social nesse cenário”, exigindo a colaboração pública e privada, pois não há desenvolvimento sustentável se a infraestrutura local não atender as necessidades.

Os estudos indicam a urgência em se ampliar o acesso de fomento para a “qualificação e capacitação dos empresários em prol do desenvolvimento dos negócios, redução das assimetrias de informações para o financiamento, aumento da produtividade e emprego dos negócios” (BNDES, 2021), demonstrando que além das já conhecidas deficiências nas políticas públicas de financiamento, existe baixa capacitação dos empresários, especialmente das MPES, em compreender o novo cenário global econômico que exige dinamismo na gestão para integrar nas decisões e ações internas, os diversos aspectos de desenvolvimento sustentável envolvidos nos processos organizacionais e que efetivamente produzem a sustentabilidade econômica.

De outro ponto, conforme enfatizam Albuquerque *et al.* (2018, p. 16), “projetos com elevado impacto socioambiental costumam ser fonte de externalidades positivas”. Atividades interessante para a região em análise como reflorestamento, negócios de reciclagem, agricultura de baixo carbono e investimentos internos das empresas (redução do consumo de energia, de água, energia sustentável, reciclagem), financiados pelo crédito público, “geralmente são considerados exemplos de apropriabilidade parcial dos ganhos derivados de sua produção”. São ações que geram impacto positivo no território e consequentemente na sustentabilidade economia das empresas.



É importante destacar que o Estado, através dos seus agentes e organismos é responsável por ofertar instrumentos financeiros, estruturais e outros para o desenvolvimento regional. Entretanto, deve ser o conjunto de agentes locais os que orientam a prática e isso ocorre a partir da articulação de todos os atores, do fomento do capital intangível e da integração em torno de um projeto político desenvolvido democrática e coletivamente. “Assim, o desenvolvimento passa a estar enraizado nas condições locais e na força dos seus agentes, incluindo-se atributos como: organização social, participação, empoderamento, coordenação das iniciativas locais, reconhecimento e valorização local” (Marini e Silva, 2014). Especialmente em regiões periféricas que têm pouca representatividade política estadual ou nacional, a articulação local fortalecida e capacitada é essencial para quebrar paradigmas e conquistar direitos.

## **SUGESTÕES DE LINHAS DE CRÉDITO PARA BNDES E BANCOS PÚBLICOS**

A fim de atender ao objetivo deste estudo: “Desenvolver uma proposta de linhas de crédito/fomento para um banco público, considerando as especificidades econômicas e sociais presentes na região Meio Oeste.”, considerando as entrevistas realizadas e as especificidades da região pesquisada e das instituições financeiras que nela atuam, apresenta-se a tabela 11, a qual traz sugestões de linhas de créditos.



Linha de crédito	Conceito	Público-Alvo	Itens Financiáveis	Participação Máxima do BNDES	Prazo de Financiamento
Aquisição Estoque	Financiar a aquisição de estoque para indústria e comércio	Pessoas jurídicas de direito privado, com sede e administração no país.	Estoque para indústria e comércio com comprovação através de nota fiscal de compra das mercadorias	90%	24 meses
Capital de giro - Reflorestamento	Financiar capital de giro com garantia de reflorestamento (árvores aptas a indústria madeireira)	Pessoas jurídicas de direito privado, com sede e administração no país.	Capital de giro com garantia de área plantada de reflorestamento, com valor a ser liberado de acordo com idade de plantio e perspectiva de desbaste e retirada.	50%	96 meses
Capital de giro - Carteira assinada	Financiar capital de giro para incentivo à criação de vagas de emprego.	Pessoas jurídicas de direito privado, com sede e administração no país.	Capital de giro com garantia por parte do empresário na manutenção dos empregos e incentivo a criação de vagas de emprego.	100%	24 meses

Tabela 11: Sugestões de linhas de crédito para BNDES e bancos públicos  
 Fonte: Pesquisa semiestruturada concebida para este estudo (2021)

Segundo indica Hermann (2010), a “incompletude do mercado aponta como papel essencial de um banco público a provisão de crédito aos setores desassistidos e estratégicos para o desenvolvimento, sob condições viáveis, isto é, não inibidoras do investimento”. Torres (2006) relata que, em todo o mundo, “o Estado direciona o crédito – bancário ou não-bancário – segundo prioridades políticas, até mesmo com a mobilização de poupança fiscal ou parafiscal”.

A linha “Aquisição de estoque” seria voltada para a principal reclamação feita pelos empresários, a falta de capital de giro para compra de estoque, nesse





RELISE

caso, a linha seria voltada para pessoas jurídicas, indústria e comércio, que possuem estoque (comprovação por meio de notas fiscais) e poderiam fazer novas compras garantindo através do estoque existente, assim, poderiam vender e comprar com melhores preços, atualizando os preços ao mercado atual. Poderiam comprar até 90% do total do estoque existente e teriam um prazo de 24 meses para fazer o pagamento.

A segunda linha proposta seria “Capital de Giro – Reflorestamento”, essa linha consiste em auxiliar aos proprietários de terras com reflorestamento, onde as árvores seriam dadas em garantia para capital de giro. Nesse caso seria financiado somente 50% do total da avaliação do reflorestamento, por um prazo de até 96 meses, levando em conta o período para que as árvores estejam em um tamanho para corte. Além disso, seria criado um sistema para que a liberação do recurso fosse feita de acordo com o tamanho das árvores do reflorestamento.

A última linha proposta para região “Capital de giro – carteira assinada”, destaca que cada empresa que mantivesse os postos de trabalho e/ou efetuasse contratações poderia usufruir de um capital de giro com prazo de 24 meses para pagamento e financiando 100% de sua folha de pagamento. Ainda, as linhas são sugestões, percebendo-se que hoje existe o crédito imobiliário para o desenvolvimento do setor de imóveis e para amenizar a falta de residências no país, o crédito rural para fomentar a agricultura familiar e empresária, além de linhas voltadas para exportação etc. Assim, teríamos opções que ajudariam especificamente a região meio oeste e seriam mais uma opção para as instituições fomentar e ter lucros com as operações de crédito.

Nogueira da Costa (2015) ressalta a funcionalidade ‘desenvolvimentista’ dos bancos públicos, tendo em vista seu papel ativo (não neutro) no direcionamento de recursos para fins qualificados como prioritários pela política pública. Esses fins sociais e econômicos dos bancos públicos, com atuação anticíclica, com vistas a manter a oferta de crédito e ajudando a sustentar a



RELISE

demanda agregada em períodos de retração dos bancos privados, os diferenciam daqueles que se regem por critérios da rentabilidade privada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O resultado deste estudo contribui para que o BNDES e os bancos públicos possam analisar e diagnosticar suas linhas de crédito diante das constatações obtidas através da região estudada e, a partir disso, possam implantar novas propostas eficazes e objetivas para que uma maior quantidade de negócios possa ser atingida e apoiada ao crescimento e desenvolvimento econômico sustentável.

A partir dos resultados apresentados, essas instituições podem usá-los como referência para a tomada de decisões, mantendo o foco em uma economia sustentável, também sendo utilizados como propulsores e disseminadores dessa sustentabilidade econômica. É papel do Estado promover mudanças, e a questão econômica, inteiramente interligada aos bancos, independentemente de sua atividade fim, deve ser tratada de forma a demonstrar à sociedade que a sustentabilidade pode ser atrelada às mais diversas atividades, e seus benefícios são inimagináveis.

Neste estudo, uma pesquisa voltada para as contribuições de um banco público para o fomento regional e a sustentabilidade econômica, o aporte teórico, sustentabilidade econômica, perfil econômico regional, assim como a relevância do crédito para fomentar a expansão econômica e os índices regionais e por consequência a geração de emprego e renda, forneceu subsídios para melhor demonstração da importância das linhas de crédito nesse desenvolvimento. Citamos ainda, uma visão mais crítica em relação aos dados coletados nas entrevistas e na análise entre os elementos da pesquisa (teoria x realidade empírica).



RELISE

O método utilizado mostrou-se apropriado à pesquisa, uma vez que possuía flexibilidade na escolha das organizações que integraram a pesquisa, incluindo organizações dos diversos setores da economia e com perfil de atuação diferentes entre elas. Em função do mercado a ser analisado, optou-se pela escolha de nove sócios ou funcionários ligados ao setor financeiro de empresas para as entrevistas, portanto, uma amostra por conveniência, que poderia integrar uma amostragem de maior envergadura e permitir uma análise mais aprofundada da realidade global das empresas e da região pesquisada.

No que diz respeito às entrevistas realizadas com os sócios e profissionais do financeiro das empresas, observou-se que os principais problemas apontados para um desenvolvimento mais rápido e consistente é a falta de capital de giro com taxas de acordo com a realidade de custos e prazos para o retorno sobre o investimento necessário. A maioria das empresas, mesmo de serviços e indústria, também trabalham com o comércio, o que demonstra a vocação empreendedora da região, onde atuam em diversas áreas buscando a melhoria dos níveis de rentabilidade das organizações. Sobre os processos organizacionais sustentáveis, apurou-se que os empreendimentos econômicos industriais possuem mais aspectos socioambientais integrados em seus negócios em relação às empresas de serviços.

Assim, é possível inferir que as linhas de crédito ofertadas pelo BNDES são capazes de auxiliar e contribuir com o fomento regional, pois sem esses incentivos o crescimento econômico seria muito mais difícil. Porém, ainda existem possibilidades de criação de novas linhas, as quais contribuiriam ainda mais com o fomento econômico regional.

Esta pesquisa, por fim, busca contribuir teoricamente para demonstrar à sociedade em geral que o fomento econômico, ainda que público, pode estar alinhado à sustentabilidade, a fim de construir uma sociedade sustentável economicamente, socialmente e ambientalmente.



RELISE

As limitações deste estudo residem na precária disponibilidade de informações e dados do BNDES. Quanto às entrevistas, estas foram de fácil realização, pois todos os entrevistados se dispuseram a participar, não havendo nenhuma negativa ou desistência.

As recomendações para estudos futuros são diagnosticar outras instituições financeiras, a fim de ampliar o debate e propiciar a criação de mais linhas de crédito de fomento, a fim de consolidar a sustentabilidade em seus três pilares, através do incentivo do Estado.

## REFERÊNCIAS

Albuquerque BE, Grimaldi DS, Giambiagi F, Barboza RM. (2018) Os bancos de desenvolvimento e o papel do BNDES. recuperado: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15920/1/PRLiv214075\\_Os%20bancos%20de%20desenvolvimento\\_compl\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15920/1/PRLiv214075_Os%20bancos%20de%20desenvolvimento_compl_P.pdf)

BANRISUL (2021). Banrisul financia sistema de placas fotovoltaicas. Recuperado de: [http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw00hn\\_noticias\\_detalhes.aspx?campo=24233](http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw00hn_noticias_detalhes.aspx?campo=24233). Acesso em: 24 mai. 2022.

Bencke, F. F. (2016). *A experiência gaúcha de parques científicos e tecnológicos à luz da tríplice hélice*. Repositorio.ucs.br, 29 mar. Recuperado de <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/1236>.

Bernardelli, L. V., & Sorgi, F. A. (2016). Desenvolvimento econômico regional: uma investigação sobre a microrregião de Cornélio Procópio, Paraná (PR) para os anos de 1991 a 2012. *Economia & Região*, 4(1), 139-152.

Blanchet, L. A., & Guarido, F. A. A. (2021). *As Organizações da Sociedade Civil no Brasil: possíveis caminhos de sustentabilidade econômica: Civil Society Organizations in Brazil: possible paths of economic sustainability*. *Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas (Brazilian Journal of Law Research)*, 2(1), 87-114.

BNDES (2021). Relatório de avaliação de efetividade: Avaliação do impacto de instrumentos de apoio do BNDES e do Sebrae a micro e pequenas empresas. v.3, n.9.



RELISE

Buarque, S. C. (2006). *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Caggianoa, H. C. (2017). *Do planejamento à governança no fomento público financeiro: estudo de caso do Setor automotivo*. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

Corrêa, J. C.; Silveira; R. & Kist, R.B.B. (2019). *Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Recuperado de <https://www.semanticscholar.org/paper/SOBRE-O-CONCEITO-DE-DESENVOLVIMENTO-REGIONAL%3A-NOTAS-Corr%C3%AAa-Silveira/60d9b31da17e9935734b98f8c6ec1d6e57de5062>.

Cunha, A. M.; Carvalho, C. E. & Prates D. M. (2014). *Estado atual do Sistema Nacional de Fomento e indicadores de desempenho*. In: ABDE. Sistema Nacional de Fomento - Financiando o Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ABDE. p. 11-58.

Dias, P. C., Santos, J. (orgs) (2012), *Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. SEI, Salvador.

EPAGRI/CEPA (2018). *Síntese Anual da Agricultura Catarinense 2016 - 2017*. Florianópolis, SC. 220. Acesso: 10 mar. 2019.

Etges, V. E. & Degrandi, J. O. (2013). *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade*. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 1(1), 085-094.

Everton Junior, A. (2017) *MPE: avanços importantes para as micro e pequenas empresas 2017-2018*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Exterckoter, R. K. (2016). *Resiliência e Desenvolvimento Regional: o Papel da Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, SC. 349 p.

Ferreira, F. M. R., & Meirelles, B. B. (2009). *Ensaio sobre economia financeira*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.



RELISE

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2018). Desempenho e perspectivas da indústria catarinense. Florianópolis, SC. 2018.

Filippim, E. S.; Moreira, E. A. & Cetolin, S. (2019). *Consórcios Públicos e Desenvolvimento: o caso do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina* Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 23, n. 3, p. 165-187. Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/5520/552060988007/552060988007.pdf>.

Galleli, B. (2017). *Sustentabilidade nas organizações: uma proposta de gestão a partir das interações entre estratégia, competências organizacionais e competências humanas*. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP.

Garcia, D. S. S. (2016). Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 13(25), 133-153.

Glemarec, Y., & Puppim de Oliveira, J. A. (2012). The role of the visible hand of public institutions in creating a sustainable future.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35(3), 20-29.

Grimaldi, D.; Pinto, A.; Albuquerque, B.; Buchbinder, F.; Pereira, J. P.; Ortiz, L.; Tortorelli, M.; Martini, R (2018). Uma solução automatizada para avaliações quantitativas de impacto: primeiros resultados do MARVIm. Rio de Janeiro: BNDES, Texto para Discussão 128.

Henrique, W (2012). Do rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In DIAS, P. C., SANTOS, J. (orgs), *Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. SEI, Salvador.

Hermann, J. (2010). O papel dos bancos públicos. Textos para Discussão CEPAL – IPEA. Brasília.

Horn, C. H.; Feil, F. (2019). *Instituições financeiras de desenvolvimento regional e os desafios do Sistema Nacional de Fomento*. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 227–254.





RELISE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Cidades e Estados: Santa Catarina*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>.

Jayme Jr, F. G., & Crocco, M. (2010). Bancos públicos, federalismo e políticas de desenvolvimento regional no Brasil. *JAYME JR., F.; CROCCO, M. Bancos públicos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea*, 179-204.

Karnopp, E. et al. (2019). Agroindústrias familiares no sul do Brasil: um estudo comparativo. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 7.

Knob, A. M., & Salomão, I. C. (2020). *Desenvolvimento regional e localização industrial: uma sistematização das teorias clássicas. Geosul*, 35(75), 139-167.

Labiak Junior, S. (2012). *Método de análise dos fluxos de conhecimento em sistemas regionais de inovação*. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC.

Labiak Junior, S.; Macedo, M. & Teixeira, C. (2016). *Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual em Habitats de Inovação*. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas.

Labiak Junior, S. et al. (2016). *Sistema Regional de Inovação e seus Fluxos de Conhecimento*. In: Labiak Junior, S.; Macedo, Marcelo; Teixeira, Clarice. *Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual em Habitats de Inovação*. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas.

Lanz LQ, Lukauskas, A. (2017). *O potencial papel dos Sistemas de Garantia de Crédito das PMEs para promover a inclusão financeira no Brasil*. Nova Iorque, 73p. Dissertação de Mestrado - School of International and Public Affairs, Columbia University – New York.

Leão, A. L. D. B. C.; Nassif, V. M. & Vanderlei, C. A. (2016). *Sustentabilidade econômica e inovação: Análise de citação e cocitação das relações da sustentabilidade econômica baseada na inovação*. V Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade (V SINGEP).

Lu, S. (2015). *Domestic and International Challenges for the Textile Industry in Shaoxing (Zhejiang)*. *China Perspectives*, v. 3, p. 13-23.

Marini MJ, Silva CL (2014). A mensuração do potencial interno de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local: uma proposta de aplicação





RELISE

prática. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 236-248. Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692014000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692014000200009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 mai. 2022.

Mello, E. D. F. (2014). *Fomento Público às Empresas Privadas: A AgeRio no Contexto Institucional do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Motta, F.; De Oliveira, A. F. (2019). *Sustentabilidade econômica e políticas públicas*. A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 19, n. 78, p. 87. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1249>. Acesso em: 2 set. 2021.

Nogueira da Costa, F. (2015). Atuação Anticíclica dos Bancos Públicos Brasileiros. *Desenvolvimento em Debate*, v. 3, n.2, p. 47–77.

Oliveira, A. R. S.; Silva, C. H. (2017). Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. *Caderno de Geografia*, v. 27, n. 49, p. 411.

Pedroso, J. S., da Silva, K. S., & dos Santos, L. P. (2017). Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva. *JICEX*, 9(9).

Perazzoli, C. H., & Fabris, I. (2017). *As causas e consequências do desacelerado crescimento do meio-oeste de Santa Catarina*. Recuperado de <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/TCC-Helin-Perazzoli.pdf>

Pereira, C., & Freddo, A. (2007.). *Oeste catarinense: história dos seus empreendedores*. Recuperado de <https://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/114.pdf>

Piacenti, C. A. (2016). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu.

Piacenti, C. A. (2016). *O desenvolvimento endógeno das regiões*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu. In: Piacenti, C. A. (2016). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p. 122-141.



RELISE

Piovesan, A., & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de saúde pública*, 29, 318-325.

Plasken, C.V. Plasken, R.V (2020). *Finanças verdes e títulos verdes: Uma análise comparativa multinível dos principais atores do Sistema Financeiro Nacional*. In: ABDE. *Financiamento ao desenvolvimento sustentável: a agenda dos ODS e das finanças verdes*. Abde. Recuperado de [https://abde.org.br/wp-content/uploads/2020/10/CadernosTem%C3%A1ticos-ABDE-BID\\_Sustentabilidade-1.pdf](https://abde.org.br/wp-content/uploads/2020/10/CadernosTem%C3%A1ticos-ABDE-BID_Sustentabilidade-1.pdf).

Rocha, J. D., & Bursztyn, M. A. (2005). A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. *Interações* (Campo Grande).

Sachs, I. (2004). Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. In *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado* (pp. 151-151).

Sartori, S.; Latrônico, F. & Campos, L. M. S. (2014). *Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: Uma taxonomia no campo da literatura*. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-22.

Silva JS, Lima JF (2021). O desenvolvimento socioeconômico dos municípios da mesorregião diferenciada de águas emendadas [Internet]. ResearchGate. Interacao; Recuperado de: [https://www.researchgate.net/publication/353042945\\_O\\_DESENVOLVIMENTO\\_SOCIOECONOMICO\\_DOS\\_MUNICIPIOS\\_DA\\_MESORREGIAO\\_DIFERENCIADA\\_DE\\_AGUAS\\_EMENDADAS](https://www.researchgate.net/publication/353042945_O_DESENVOLVIMENTO_SOCIOECONOMICO_DOS_MUNICIPIOS_DA_MESORREGIAO_DIFERENCIADA_DE_AGUAS_EMENDADAS).

Silva, A. J. B. da, Marcelino, J. A. (2019) Um Estudo Exploratório Sobre a Atividade de Controladoria e Seu Impacto nas Micro e Pequenas Empresas. *Revista de Psicologia*, v. 13, n. 47, p. 306–319, 28. Recuperado de: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1971/0>.

Silvério, L. S. (2020). *A relação da concessão de crédito pelos bancos e o desenvolvimento regional*.

Sommes, S. (2020). *Finanças sustentáveis: um panorama*. Bonn: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Recuperado de [http://www.labinovacaofinanceira.com/wpcontent/uploads/2020/07/Financas\\_Sustentaveis\\_Traducao\\_portugues.pdf](http://www.labinovacaofinanceira.com/wpcontent/uploads/2020/07/Financas_Sustentaveis_Traducao_portugues.pdf).



RELISE

128

Suchodolsk, S. G.; Bechelaine, C. H. O. & Bresciani, L. P. (2020). *Avançando na incorporação da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no nível subnacional O caso do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) na estruturação de títulos sustentáveis*. In: ABDE. *Financiamento ao desenvolvimento sustentável: a agenda dos ODS e das finanças verdes*. Abde. Recuperado de [https://abde.org.br/wp-content/uploads/2020/10/CadernosTem%C3%A1ticos-ABDE-BID\\_Sustentabilidade-1.pdf](https://abde.org.br/wp-content/uploads/2020/10/CadernosTem%C3%A1ticos-ABDE-BID_Sustentabilidade-1.pdf).

Teixeira, A. N., de Brito, T. M., Lobo, E. C. S., de Queiroz, Z. F., & Firmino, P. R. A. (2019). Dimensões da Sustentabilidade no PPC do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA)/Dimensions of Sustainability in the PPC of the Bachelor's Degree in Public Administration and Social Management of the Federal University of Cariri (UFCA). *ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA*, 13(46), 567-583.

Torres, E.T. (2006). Crédito Direcionado e Direcionamento do Crédito: Situação Atual e Perspectivas. *Revista do BNDES*, v. 13, n. 25, p. 35-50.